

Jonas Pereira



Serys recebe russos e defende ampliação do turismo entre países

Delegação de parlamentares e diplomatas visita Senado e revela que, a partir do dia 7, turistas brasileiros estarão dispensados de apresentar visto de entrada. 4

2º vice-presidente do Senado, Serys Shlessarenko recebe delegação de russos, chefiada pelo 1º vice-presidente do Senado da Rússia, Alexander Torshin (C)

Senadores lamentam ataque de Israel a missão humanitária

Eduardo Suplicy, Cristovam Buarque e Inácio Arruda cobram investigação internacional sobre ação que deixou nove mortos. Comboio de navios anunciava ajuda humanitária à Faixa de Gaza. Israel desconfia dessa intenção

Em nome da liderança do PT, o senador Eduardo Suplicy cobrou ontem, em Plenário, que seja feita uma investigação internacional para apurar a ação

militar de Israel contra o comboio de navios que pretendia ancorar na Faixa de Gaza para entregar mantimentos, remédios e roupas à população palestina. A ação dos comandos,

repudiada pelo governo brasileiro, teria matado nove pessoas. Suplicy também leu nota da Mesa diretora do Parlamento do Mercosul que repudiou a “violência absurda e desneces-

sária”. Cristovam manifestou sua “forte indignação” e Inácio Arruda, presidindo a sessão, sugeriu que o Senado proteste formalmente contra a “abordagem violenta”. 4



Marcos Veigueiro/Secom-MT

Obra de rede de esgotos: 8 milhões de brasileiros não têm banheiro em casa

CAE discute hoje acesso ao saneamento básico no país 6

especial Cidadania

Entra em vigor lei que obriga divulgação de gasto público

União, estados e municípios com mais de 100 mil habitantes são obrigados, desde a semana passada, a divulgar gastos na internet. 8

Congresso se reúne hoje à noite para votar créditos

Sessão marcada para as 20h tem, na pauta, quatro projetos com créditos especiais e suplementares ao Orçamento de 2010. 3

Cobrança de mais recursos para desenvolver setores aéreo e naval

Especialistas defenderam ontem, na Comissão de Infraestrutura,

a constante aplicação de recursos públicos em transporte no país. 5



Marcio Mattiz

Ponte e Silva, Mauro Lima, Mão Santa, Ramon Cardoso, Ganem e Assis (D)

Como parte das comemorações dos 50 anos da capital federal, a Casa fará concurso aberto aos alunos dos dois últimos anos do ensino médio das escolas públicas

Senado vai premiar redação de estudantes sobre Brasília

EM HOMENAGEM AOS 50 anos da capital federal, o 3º Concurso de Redação do Senado terá como tema "Brasília, capital dos brasileiros". Questões relacionadas ao concurso – promovido pela Secretaria de Relações Públicas do Senado – foram debatidas ontem, em reunião no Interlegis, pela coordenação do evento, formada por representantes de secretarias de Educação de cada estado.

Nos debates, os coordenadores ressaltaram a importância de os professores trabalharem em sala de aula a reflexão do tema. Nesse sentido, a diretora da Secretaria de Relações Públicas, Juliana Maria Guaracy Rebelo, informou que, na segunda quinzena deste mês, as escolas receberão material sobre o tema e formulários para a inscrição. Também estará disponível uma página no site do Senado com informações sobre o concurso.

A secretária-geral da Mesa do Senado, Claudia Lyra, ressaltou que a Casa busca aproximar os



Juliana Rebelo, diretora de RP do Senado, fala aos coordenadores do concurso

jovens do trabalho parlamentar, o que contribui para o fortalecimento da cidadania.

Regras

Estudantes dos dois últimos anos do ensino médio de escolas públicas, com idade entre 16 e 19 anos, poderão participar do concurso. As redações passarão primeiramente por um processo de seleção nas escolas. As escolhidas participarão de uma seleção no estado e as melhores serão submetidas a uma seleção nacional. As escolas dos três primeiros colocados serão

premiadas com computadores, livros e DVDs para o acervo da instituição.

Os 27 alunos finalistas – um de cada estado – receberão um microcomputador portátil e o certificado de participação honrosa. Os três primeiros colocados também ganharão troféus.

A premiação, com a presença de todos os finalistas, acontecerá no dia 19 de novembro – Dia da Bandeira –, no Congresso Nacional.

A solenidade faz parte dos festejos pelo cinquentenário de Brasília.

Salão do Livro de Imperatriz vai até o domingo

A cidade de Imperatriz (MA) realiza desde sábado seu 8º Salão do Livro. O juiz de Direito Cândido José Martins de Oliveira, que mora no município há dois anos, elogiou o evento e destacou sua preferência pelo estande do Senado, que está participando da feira literária que vai até o domingo.

– Eu já tinha visitado o estande do Senado nas duas últimas feiras de livros realizadas em São Luís. É sempre a editora onde mais compro, pois tem as melhores obras e combinam com o meu interesse. Além disso, os preços permitem que muitas pessoas tenham acesso às obras. Acho importante que a instituição participe desses eventos literários porque esse trabalho precisa cada vez mais ser divulgado, sobretudo para os profissionais da educação – comentou Cândido de Oliveira.

O juiz, natural da capital maranhense, sugeriu ao Conselho Editorial que o Senado publique obras sobre temas como a Inconfidência Mineira, a Balaiada, a Cabanada e a Revolução Farroupilha. Ele gostaria de ler,

por exemplo, um texto sobre o processo ao qual foi submetido Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. Para Cândido Martins, o Brasil enfrenta deficiência na quantidade de livros que relatam a história do país.



Juiz de Direito, Cândido de Oliveira comprou várias obras no estande do Senado

Senado entrega Diploma José Ermírio de Moraes

O Senado entrega às 10h, pela primeira vez, o Diploma José Ermírio de Moraes, que será conferido anualmente a empresários ou companhias que tenham contribuído para o desenvolvimento econômico e social do país.

Serão homenageados o vice-presidente da República, José Alencar, e os empresários Jorge Gerda e João Claudino Fernandes. Haverá ainda uma homenagem póstuma ao empresário José Mindlin.

Servidoras negam ter contratado "fantasmas" para gabinete

As servidoras do Senado Mônica da Conceição Bicalho e Kátia Regina Bicalho refutaram a acusação de terem contratado como funcionárias fantasmas do gabinete de Efraim Morais (DEM-PB) as irmãs Kelriany e Kelly Nascimento da Silva.

Ontem, durante 11 horas e meia, Mônica e Kátia prestaram depoimento à Polícia do Senado, acompanhadas de seus advogados. Segundo o diretor da Secretaria de Polícia do Senado, Pedro Araújo Carvalho, elas disseram que Kelriany e Kelly tinham conhecimento de suas contratações e que prestavam

serviços externos para o gabinete de Efraim. O senador, de acordo com as depoentes, não tem envolvimento com o caso. Mônica e Kátia disseram que Kelriany e Kelly usavam os salários para o pagamento de dívidas que tinham com elas.

Kelly e Kelriany já foram ouvidas pela Polícia Legislativa e reafirmaram as denúncias. A Polícia do Senado vai confrontar os depoimentos e pode fazer uma acareação entre as quatro. As versões contraditórias devem ser cheçadas por meio de exame grafotécnico e quebra de sigilo bancário.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Entrega do Diploma José Ermírio de Moraes

10h O Plenário realiza sessão especial para entrega do Diploma José Ermírio de Moraes a empresários que contribuíram com o desenvolvimento econômico e social do país. Às 14h, ocorre sessão deliberativa. A pauta está trancada pela medida provisória que reestrutura as carreiras do serviço público federal e pelos projetos que tratam do marco regulatório do pré-sal.

CPC Comissão de juristas vota texto final

9h A comissão de juristas criada pelo Senado para elaborar o anteprojeto de reforma do Código de Processo Civil se reúne para votar o relatório final.

CRA Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar

9h30 Audiência pública na Comissão de Agricultura debate o projeto que trata do Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar (Zae-Cana). Participarão da audiência o engenheiro de Geoprocessamento da Embrapa João Vila e o presidente-executivo do Sindicato da Indústria de Fabricação de Alcool do Estado de Goiás, André Luiz Baptista Rocha, além de representante do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.

CMA Isenção para aparelhos de dessalinização

9h30 Proposta que prevê isenção de IPI para aparelhos de dessalinização de água será debatida em audiência na Comissão de Meio Ambiente. Foram convidados representantes dos ministérios do Meio Ambiente e da Integração, entre outros. Depois, serão votados vários projetos, entre eles o que trata da prestação de contas dos recursos públicos repassados às organizações da sociedade civil de interesse público.

CAE Nova Lei Nacional de Saneamento Básico

10h A Comissão de Assuntos Econômicos discute a nova lei de saneamento básico com o secretário nacional de Saneamento Ambiental, do Ministério das Cidades, Leodegar da Cunha Tiscoski; o superintendente de Saneamento e Infraestrutura da Caixa Econômica Federal, Rogério Tavares; o presidente da Agência Nacional de Águas, Vicente Andreu Guillo, entre outros. Depois, a comissão examina a recondução de Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo e Olavo Zago Chinaglia para o cargo de conselheiros do Cade. Na terceira parte da reunião, três mensagens sobre contratação de operação de crédito externo. Entre elas, a que financia o Projeto de Fortalecimento da Gestão Fiscal do Maranhão (Profis-MA).

CAS Necessidades dos portadores de psoríase

10h A Comissão de Assuntos Sociais realiza audiência pública para discutir as necessidades dos portadores de psoríase. Participam do debate a presidente da Associação de Apoio aos Portadores de Psoríase, Sílvia Galli Gibrail de Oliveira; o médico dermatologista da Faculdade de Medicina do ABC, Celso Pieralini; o secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, Alberto Beltrame, entre outros. Às 11h30, a comissão vota emendas ao projeto de Lei Orçamentária para 2011.

CE Votação de emendas à LDO

11h Discussão e votação das emendas da Comissão de Educação, Cultura e Esporte à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2011.

CDR Sugestões para planejamento de gastos

11h A Comissão de Desenvolvimento Regional analisa emendas ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011.

CDH Emendas ao projeto da LDO

12h30 Emendas ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011 também serão examinadas pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

CRE Programa nuclear do Irã

14h30 O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, vai falar sobre o programa nuclear do Irã em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Subcomissão Usina de Belo Monte

14h30 A subcomissão formada para acompanhar as obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte vai ouvir representantes da Eletrobras, do Operador Nacional do Sistema Elétrico e da Empresa de Pesquisa Energética sobre a situação do setor elétrico brasileiro. Uma segunda audiência vai debater o impacto da usina sobre a economia nacional. Entre os convidados, estão representantes da Eletronorte e da Aneel e o professor Célio Bermann, da Universidade de São Paulo (USP).

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

MP do serviço público e projetos do pré-sal trancam a pauta

A pauta do Plenário permanece trancada pela Medida Provisória (MP) 479/09, que reestrutura as carreiras do serviço público federal, e pelos quatro projetos do Executivo que tratam do novo marco regulatório de exploração do petróleo na área do pré-sal, que continuam tramitando em regime de urgência.

Transformada no Projeto de Lei de Conversão (PLV) 4/10, a MP 479/09 perderá a validade hoje, caso não seja votada. Já os quatro projetos do pré-sal não têm prazo de validade como as MPs e só dependem de acordos entre os partidos

para serem votados. Tais projetos já cumpriram todos os prazos regimentais previstos, como discussões, apresentação de emendas e tramitação nas comissões técnicas.

Os PLCs do pré-sal são os seguintes: 309/09, que cria a Petro-Sal e recebeu nove emendas no Senado; 7/10, que cria o Fundo Social, com 12 emendas; 8/10, que estabelece regras para a capitalização da Petrobras, com cinco emendas; e 16/10, que estabelece novos critérios para a distribuição dos royalties do petróleo e cria o regime de partilha de produção, com 54 emendas.

CAS promove audiência pública sobre a psoríase hoje, às 10h

A psoríase, doença inflamatória da pele de origem desconhecida, será debatida na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) hoje, às 10h. Entre os itens a serem discutidos, estão as necessidades dos portadores dessa doença, que afeta 5% da população mundial.

Além dos males físicos causados pela psoríase, os portadores da doença também têm de lidar com preconceito social, que muitas vezes gera exclusão e depressão.

Foram convidados Silvia Galli,

presidente da Associação de Apoio aos Portadores de Psoríase (AAPP); Alberto Beltrame, secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde; Luiz Gonzaga de Castro e Souza Filho, professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); e Celso Perialini, diretor de Qualidade do Centro Paulista de Pesquisa e Avaliação Dermatocósmica (Cepad).

O debate na CAS será realizado por iniciativa dos senadores Flávio Arns (PSDB-PR) e Cícero Lucena (PSDB-PB).

O PLN 7/10 abre crédito suplementar de R\$ 3,4 bilhões para os ministérios das Minas e Energia, dos Transportes, da Integração Nacional e das Cidades.



Construção de casas populares em Curitiba, com recursos do PAC: projeto que remaneja verbas do programa pode ir a voto

Congresso realiza reunião às 20h para votar créditos

MARCADA PARA HOJE, às 20h, sessão do Congresso Nacional deve discutir e votar projetos de créditos especiais e suplementares do Orçamento de 2010 para ministérios e órgãos públicos. A sessão será realizada no Plenário da Câmara dos Deputados.

Quatro projetos que podem ser votados pelos parlamentares dependem ainda de decisão da Comissão Mista de Orçamento (CMO), que se reúne antes do Congresso, às 14h30, para deliberar sobre as proposições.

Um dos projetos – o PLN 8/10 – amplia os limites estabelecidos para provimento de cargos do Executivo, constantes na Lei 12.214/10, para a realização de concursos públicos e formação do quadro de pessoal do Ministério da Pesca e Aquicultura e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar.

O PLN 7/10 abre crédito suplementar de R\$ 3,4 bilhões para os ministérios de Minas e Energia, dos Transportes, da Integração Nacional e das Cidades. O terceiro projeto na pauta da CMO

destina crédito suplementar de R\$ 285,7 milhões para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e o quarto reforça as dotações orçamentárias do Ministério da Justiça com crédito suplementar de R\$ 505,4 milhões.

PAC

Continua na agenda do Congresso o PLN 3/10, que altera o processo de remanejamento dos recursos destinados ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A proposta entrou em pauta na última reunião do Congresso, na semana passada, mas, por falta de acordo, teve sua decisão adiada. O projeto já foi aprovado pela CMO, que votou um texto com emendas feito pelo relator, deputado Carlos Abicalil (PT-MT).

De acordo com esse substitutivo, do total de recursos previstos para as ações do PAC, 30% poderão ser remanejados para ações do mesmo programa. Atualmente, o remanejamento é de até 25% de cada

ação prevista. O relator rejeitou duas emendas apresentadas na CMO, mantendo o texto preparado pelo Executivo, mas acrescentou um parágrafo para estabelecer que o governo deve encaminhar trimestralmente à CMO relatório com as mudanças causadas pelos remanejamentos de recursos.

Essa proposição altera a Lei Orçamentária Anual (Lei 12.214/10), que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2010. Segundo o Executivo, tal mudança proporciona mais recursos para aqueles projetos que estão progredindo satisfatoriamente, reduzindo-se as dotações orçamentárias dos projetos que tenham desempenho inferior.

“Esse instrumento permite uma alocação mais eficiente e de qualidade dos escassos recursos orçamentários”, diz o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, João Bernardo Bringel, que assinou a exposição de motivos do projeto.

Parlamentares apresentam esta semana emendas à LDO

Deputados e senadores devem apresentar esta semana os projetos que querem ver incluídos no Orçamento federal a ser executado ao longo de 2011, primeiro ano do presidente da República a ser eleito em outubro ou novembro próximos. Eles têm até o dia 7 para apresentar emendas ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2011. O Orçamento a ser discutido e votado no segundo semestre deste ano tem de seguir os mandamentos da LDO.

Parece estranho um Congresso e um governo em final de mandato elaborarem a lei orçamentária que o novo presidente da República deverá cumprir. Entretanto, um dos objetivos da legislação é permitir a conclusão de projetos e programas. Assim, tenta-se evitar que uma obra que se encontre pela metade, por exemplo, seja simplesmente abandonada pelo novo governo.

Aliás, a legislação orçamentária mudou nos últimos anos para determinar que são prioritárias as obras em andamento.

Além disso, tanto o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias quanto o próprio Orçamento federal são obrigados a seguir um plano de médio prazo – o Plano Plurianual (PPA), com programas e projetos para quatro anos. O atual PPA, elaborado pelo governo Lula, tem validade até o final de 2011. Assim, o presidente da República a ser empossado em janeiro próximo teoricamente terá um Orçamento próprio apenas em 2012.

Na prática, entretanto, o novo presidente pode propor ao Congresso Nacional mudanças nas leis orçamentárias aprovadas no último ano do governo anterior. Se ele contar com maioria no Legislativo, não terá problemas para realizar as alterações que considera mais relevantes

– todos os últimos presidentes fizeram isso.

As emendas que os deputados e senadores apresentarão até o dia 7 de junho à Lei de Diretrizes Orçamentárias listam projetos e programas, sem mencionar valores, o que é feito no projeto de orçamento, discutido sempre no segundo semestre. Cada parlamentar pode apresentar até cinco emendas.

As comissões permanentes da Câmara e do Senado e as bancadas estaduais também podem propor até cinco emendas cada uma. No Senado, pelo menos três já marcaram reunião para discutir suas emendas à LDO. As comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) discutirão hoje suas emendas. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) decide sobre suas emendas amanhã.



Já está circulando o segundo número da revista *em discussão!*. O tema é a clonagem de peixes, anfíbios, répteis, aves e mamíferos, debatida em audiência pública das comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; Agricultura e Reforma Agrária; Constituição, Justiça e Cidadania; e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle.

No debate com os senadores, foram abordados temas como:

tecnologia, produtividade e meio ambiente; preservação da fauna silvestre em cativeiro; legislação para a produção de clones; segurança sanitária; e contribuição da clonagem para a saúde humana.

Na revista, textos complementares ajudam a esclarecer os conceitos abordados na audiência pública. Há ainda informações a respeito da tramitação do projeto e mais de uma dezena de infográficos sobre o tema.

Amorim explica acordo com Irã hoje às 14h30

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, será ouvido hoje, às 14h30, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) sobre a posição brasileira em relação

ao programa nuclear do Irã e o papel do Brasil no acordo negociado com a Turquia e os iranianos no mês passado.

O próprio ministro Celso Amorim sugeriu o debate,

formalizado por requerimento do senador João Tenório (PSDB-AL).

O presidente da CRE, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), tem dito que o presidente do Irã,

Mahmoud Ahmadinejad, exibe um histórico pouco confiável, traduzido no fato de que já quebrou acordos semelhantes ao assinado no último dia 17 com o presidente Lula.

Inácio Arruda diz que ato foi um crime de guerra

Inácio Arruda (PCdoB-CE) afirmou que as forças de Israel cometeram “um crime de guerra” em águas internacionais. O parlamentar sugeriu que o Senado brasileiro faça um protesto contra “a abordagem violenta” e afirmou que a situação “não pode ficar sem resposta”, pois Israel “vem se colocando contra todas as resoluções da Organização das Nações Unidas em relação ao Estado palestino”.

– Acho que chegou a hora de a comunidade internacional chamar o Estado de Israel à ordem. Israel não pode querer enfrentar o mundo inteiro para manter-se numa posição de arrogância diante dos palestinos e do mundo, numa demonstração de força. Normalmente, quando se agride com essa brutalidade, é porque já não tem tanta força. Israel já perdeu essa guerra do ponto de vista dos argumentos – acrescentou.



Inácio Arruda sugere que o Senado faça um protesto

Suplicy condena ataque a navios com ajuda para Gaza

Senador pede investigação internacional para apurar abordagem a navios do Movimento pela Liberdade de Gaza, que resultou em mortes. Para Israel, missão não era apenas humanitária

O SENADOR EDUARDO Suplicy (SP), em nome da liderança do PT, pediu uma investigação internacional para apurar os atos de violência durante a abordagem de navios do Movimento pela Liberdade de Gaza por parte da Força de Defesa de Israel, ontem. Segundo a imprensa internacional e o governo de Israel, nove pessoas morreram. Os seis navios, com centenas de ativistas, levavam alimentos, agasalhos, remédios e material de construção ao povo palestino que vive na Faixa de Gaza. Israel lamentou as mortes, mas salientou que o objetivo da missão não era apenas humanitário.

Suplicy sustentou que o mundo deve encontrar uma saída pacífica para os conflitos de Israel com seus vizinhos e disse ter tentado conversar, por telefone, durante toda a tarde, com o embaixador israelense em Brasília, Giora Becher. Na semana passada, o senador leu carta do embaixador, em que ele pedia a interferência de Suplicy para convencer os militantes a repassar a ajuda humanitária a Israel, que se encarregaria de distribuí-la na Faixa de Gaza.

O senador destacou que entre os ativistas que embarcaram nos navios estava a brasileira Lara Lee, localizada no final da tarde de ontem. Ela passa bem. Suplicy contou que também foi convidado a participar, mas não pôde viajar por causa de compromissos em Brasília. O senador disse que uma das intenções dos ativistas é



Suplicy: os seis navios levavam alimentos, agasalhos, remédios e material de construção ao povo palestino

chamar a atenção do mundo para a situação da Faixa de Gaza, bloqueada por Israel. Ele ressaltou que a região, onde vivem mais de 1,5 milhão de pessoas, é a área mais densamente povoada do planeta.

Suplicy leu a nota do governo brasileiro que condena a ação israelense, por considerar que não há justificativa para intervenção militar em comboio pacífico, de caráter estritamente humanitário. Conforme a nota, “o fato é agravado por ter ocorrido, segundo as informações disponíveis, em águas internacionais. O Brasil considera que o incidente deva ser objeto de investigação independente, que esclareça ple-

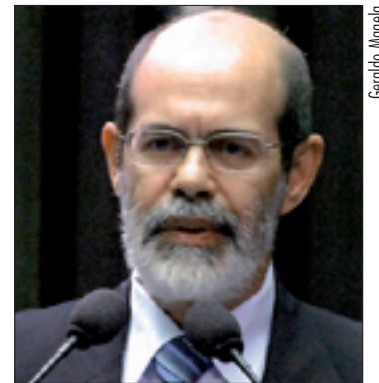
namente os fatos à luz do Direito Humanitário e do Direito Internacional”.

– Vejo com tristeza e pesar a situação, pois não está comprovado que os integrantes da flotilha Movimento pela Liberdade de Gaza estivessem ali planejando qualquer ato de violência. É importante uma investigação internacional para apurar o incidente e responsabilizar aqueles que agiram de forma violenta. É importante, para a pacificação em Gaza, que possa haver o livre movimento de pessoas em toda a área que compreende Israel, Gaza e Palestina – ponderou.

O senador também leu nota do Parlamento do Mercosul, que repudia a “violência absurda e desnecessária” praticada pelos israelenses e condena “o cruel bloqueio à Faixa de Gaza, que pune indiscriminadamente crianças, mulheres e civis inocentes”.

Em aparte, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) manifestou “forte indignação” pelo fato e lembrou que, se Suplicy tivesse viajado com a flotilha, “nesta hora poderíamos estar lamentando sua atitude”. Cristovam entende que “não dá mais para acreditar nos Estados Unidos como árbitro” do processo de paz entre Israel e os palestinos.

– Poderíamos encontrar um caminho alternativo, talvez com grande presença dos países emergentes – sugeriu.



Mesquita Júnior pede ao governador do DF atenção para encontro

Mesquita destaca importância de seminário para DF

Em nome do Parlamento do Mercosul, o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) reiterou ontem pedido ao governador do Distrito Federal, Rogério Rosso (PMDB), para que o receba em audiência sobre a realização do Seminário de Biodiversidade a se realizar de 5 a 9 de julho, no Jardim Botânico de Brasília. A audiência, informou, foi solicitada há um mês e dez dias e até agora o Governo do DF não se manifestou sobre o assunto.

– Quero fazer uma solicitação formal ao governador do DF. Há muita gente e muitas instituições interessadíssimas na realização desses eventos, que podem se constituir em algo muito positivo para sua gestão do DF – sugeriu, ao insistir na audiência.

Mesquita Júnior afirmou ainda que até agora o processo de integração do Mercosul não passa de “ficção”, tamanha a burocracia que a população da região enfrenta para transitar de um país para o outro. O senador acredita que o Mercosul só se tornará realidade quando deixar de ser “mero amontoado de interesses comerciais”, beneficiando apenas empresários e o grande capital.

Russos anunciam fim da exigência de visto

A 2ª vice-presidente do Senado, Serys Slhessarenko (PT-MT), recebeu ontem diplomatas e parlamentares russos liderados pelo 1º vice-presidente do Senado da Rússia, Alexander Torshin. Ele anunciou que não será mais exigido visto para os brasileiros entrarem na Rússia, a partir de 7 de junho, e que em breve, talvez ainda este ano, haverá voo direto entre Moscou e Rio de Janeiro.

Serys, que representava o presidente José Sarney, apontou a superação do visto e a adoção de um voo direto para a Rússia como essenciais para o aumento do turismo entre os países.

– Sabemos de tudo que existe na Rússia e temos vontade de conhecer o país, assim como também nos interessa mostrar as belezas naturais brasileiras, como o Pantanal, que é patrimônio da Humanidade – disse a senadora.

Além do turismo, disse Alexander Torshin, a Rússia deseja incrementar o relacionamento com o Brasil em assuntos como energia nuclear, agropecuária e novas tecnologias. Ele demonstrou especial interesse pela zona franca de Manaus e pela construção de aviões, e elogiou a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), lembrando que em seu país as aeronaves da Embraer são muito utilizadas.

Torshin também lembrou o lançamento, em 1994, de um grupo interparlamentar russo-brasileiro que nunca chegou a ser efetivado e disse ter interesse em retomar o processo. Chefe da Comissão de Cooperação Interparlamentar do Senado russo, ele anunciou que o Brasil é o primeiro país das Américas com quem o grupo pretende iniciar essa cooperação.



Diante de Serys, o senador russo Alexander Torshin assina livro de visitantes do Senado

Roberto Cavalcanti defende investimentos nos portos

O senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) disse que é necessário desonerar a economia brasileira reduzindo custos, aperfeiçoando o marco regulatório e atraindo investimentos privados, nacionais e estrangeiros, que acabem com o gargalo logístico na infraestrutura portuária. Ele frisou que 80% do comércio brasileiro com o mundo depende dos portos, que estão à beira de um "apagão logístico".



Cavalcanti afirma que portos brasileiros estão à beira de um "apagão logístico"

Os portos mais importantes para nossa economia estão trabalhando perigosamente perto do seu limite operacional. Não no limite teórico, calculado pelo seu potencial, mas do limite rebaixado pelas condições ruins em que se encontra a nossa infraestrutura – observou.

Cavalcanti assinalou que os investimentos públicos no setor têm sido insuficientes e que é preciso atrair investidores privados. Ele citou um trabalho divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), intitulado *Portos Brasileiros: diagnósticos, políticas e perspectivas*, que contém um balanço geral do setor.

Foi identificada uma necessidade imediata de investimento de praticamente R\$ 43 bilhões. O problema é que pouco menos de R\$ 10 bilhões foram alocados pelo Programa de Aceleração do

Crescimento (PAC), que ainda por cima tem problemas de execução.

O senador acrescentou que no "apagão logístico" há o estabelecimento de uma situação de gargalo, de diminuição no fluxo de trabalho, ainda que sem a interrupção das atividades. Ele disse que, num momento favorável para a expansão da economia brasileira, há o risco de crescimento menor que o possível, pela incapacidade de colocar produtos no mercado mundial na velocidade e volume necessários.

Outro problema apontado por Roberto Cavalcanti é o marco legal, que, segundo ele, "não parece estar dando conta do recado", além do setor portuário estar mergulhado num debate improdutivo sobre a concessão de portos e se há ou não concorrência desleal entre portos públicos e privados.

Dirigente da Embraer defende novas tecnologias na indústria de aviação, enquanto vice-chefe da Coppe/UFRJ afirma que navio brasileiro precisa ter competitividade

"Setores aeronáutico e naval exigem aplicações contínuas"

REPRESENTANTES DOS SETORES aeronáutico e naval defenderam ontem, em debate na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), a necessidade da aplicação constante de recursos públicos a fim de possibilitar o desenvolvimento desses ramos industriais no país. O vice-presidente-executivo de Organização e Recursos Humanos da Embraer, Hermann Ponte e Silva, destacando a importante posição ocupada pela indústria aeronáutica brasileira em âmbito mundial, reclamou da falta de mecanismos de apoio adequados ao desenvolvimento de novas tecnologias no Brasil,

semelhantes aos existentes em países como Estados Unidos e outros da União Europeia.

Por sua vez, Luiz Felipe Assis, vice-chefe do Departamento de Engenharia Naval e Oceânica da Coppe/UFRJ, considerou necessário não apenas elevar os investimentos na formação de recursos humanos para o setor naval, mas também manter as aplicações na manutenção dos equipamentos, como tanques oceânicos, já existentes nas escolas de engenharia naval.

A gente fica com receio, pois o Brasil já conseguiu ter uma frota pujante e uma importante

indústria naval, mas decaiu muito rápido. É importante pensar no longo prazo. A gente precisa ter produção com custos e prazos em padrão internacional, a fim de garantir perenidade e competitividade à indústria nacional de navios – disse Luiz Felipe Assis.

Também participaram do debate representantes da Agência Espacial Brasileira, do Departamento de Controle do Espaço Aéreo e da Infraero. A audiência fez parte da Agenda Desafio 2009-2015: Recursos humanos para inovação e competitividade, que vem sendo desenvolvida pela CI desde o ano passado.



No debate na CI, Hermann Ponte e Silva, Mauro Lima, senador Mão Santa, Ramon Cardoso, Carlos Ganem e Luiz Felipe Assis

Acionistas podem ter direito a votar a distância em assembleia

Sócios de companhias com capital na forma de ações poderão participar a distância das assembleias de acionistas, utilizando recursos tecnológicos para exercer os direitos que lhe são assegurados, inclusive o de votar. É o que estabelece proposta (PLS 288/07) a ser examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) amanhã.

O que está em votação é um texto substitutivo elaborado pelo relator, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), ao projeto do senador Valdir Raupp (PMDB-RO). Se aprovada em decisão terminativa, a proposta deve seguir direto para exame na Câmara dos Deputados. O relator também aproveitou no texto, de forma parcial, sugestões de outro substitutivo ao projeto de Raupp, apresentado pelo senador Francisco Dornelles (PP-RJ).

Pela proposta, a participação a distância será comprovada por assinatura eletrônica e certificação digital, segundo condições que devem ser previstas no estatuto da companhia, ou de acordo com regras fixadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) no caso de companhias abertas (cujas ações

são negociadas em bolsas de valores).

Azeredo incluiu no projeto sugestão de Dornelles quanto à definição da participação a distância nas assembleias: as companhias de capital fechado regulamentam essa participação por meio de seu estatuto e a CVM trata daquelas que possuem ações em bolsas.

Para Francisco Dornelles, o mecanismo da participação a distância ganhará maior flexibilidade, no caso das companhias fechadas, ao se atribuir às próprias sociedades o direito de implementar o sistema tecnológico mais adequado à sua realidade para tal finalidade.

Procuração

Outro ponto abordado no projeto diz respeito ao documento legal usado pelos acionistas para indicar representante junto às assembleias, tanto para participação presencial quanto a distância. Pelo texto original, mantido pelo relator, a procuração outorgada expedida a menos de um ano até a data da assembleia – deve ser depositada na companhia com antecedência mínima de 48 horas da data da instalação da reunião.

Papel da tecnologia aeroespacial para o desenvolvimento

Durante o debate na Comissão de Infraestrutura – presidido pelo senador Mão Santa (PSC-PI) –, o presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB), Carlos Ganem, disse considerar fundamental a priorização da indústria aeroespacial para que o país possa ter um desenvolvimento tecnológico adequado.

Ele afirmou que são diversas as áreas beneficiadas, por exemplo, com o domínio da tecnologia de produção e lançamento de satélites. De acordo com Carlos Ganem, os gastos do Bra-

sil apenas com o lançamento, por um país estrangeiro, de um satélite geoestacionário chegam a US\$ 477 milhões.

O presidente da AEB ainda afirmou que houve redução de recursos orçamentários para sua entidade.

Já o tenente-brigadeiro do ar Ramon Borges Cardoso, diretor-geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea), disse que a excelência dos cursos ministrados pelo órgão pode ser atestada pela boa classificação do Decea em

auditoria internacional que colocou o Brasil entre os cinco países com melhor sistema de controle de tráfico aéreo.

O diretor de Administração da Infraero, Mauro Roberto de Lima, respondendo a crítica de Mão Santa sobre a falta de voos diretos entre capitais das regiões Nordeste e Norte, explicou que o alto número de voos com escala em Brasília em linhas que ligam capitais do Norte e Nordeste se deve à falta de demanda de passageiros para voos diretos.

Após sete meses, comissão vota versão final do CPC

Quase sete meses após iniciar seus trabalhos, a comissão de 11 juristas responsável pela elaboração do anteprojeto do Código de Processo Civil (CPC – Lei 5.869/73) vota hoje a versão final da sua proposta. Além de ter cerca de 200 artigos a menos que o CPC em vigor, o anteprojeto procurou ordenar, de forma mais lógica e direta, pouco mais de mil artigos nos seis livros que irão compor o novo código. E cumpriu com o compromisso de criar mecanismos – o "incidente de resolução de demandas repetitivas" e a limitação do uso de recursos

são exemplos – para responder ao desejo da sociedade por uma Justiça mais ágil e efetiva.

O cerne do novo CPC é o ideário de duração razoável dos processos, conforme anseia a população e foi prometido pela Constituição – ressaltou o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Luiz Fux, que preside a comissão de juristas criada por ato do presidente do Senado, José Sarney, em setembro de 2009.

O resultado final do trabalho dessa comissão de juristas – voluntário e sem remuneração – será conhecido por José

Sarney no dia 8, um dia antes de a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) debater o anteprojeto do novo CPC. A expectativa é de que as inovações sugeridas reduzam em 70% a tramitação de um processo sobre demandas de massa e em 50% nos pleitos individuais, desde a abertura da ação até a decisão final.

Para traçar essas metas, entretanto, a comissão de juristas realizou 13 reuniões internas e colheu sugestões (260) em oito audiências públicas promovidas entre fevereiro e abril de 2010.

Serys anuncia adesão de MT a pacto antiviolaência

A senadora Serys Silhessarenko (PT-MT) anunciou ontem que Mato Grosso aderiu ao Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Realizada no último dia 11, a cerimônia de adesão contou com a participação da ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire.

O pacto é uma iniciativa para combater todas as formas de violência contra a mulher, com o desenvolvimento de ações conjuntas e mútuas nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), explicou a senadora.

Entre as ações a serem executadas, Serys citou a reforma de 764 serviços da rede de atendimento à mulher; a capacitação de três mil centros de assistência social; e a ampliação de investimentos da Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180).

O acordo também pretende capacitar 200 mil profissionais das áreas de educação, saúde e justiça, além de beneficiar mais de 10 mil mulheres com a construção de estabelecimentos prisionais femininos.

Serys disse que a mulher brasileira ainda vive uma situação de grande vulnerabilidade, mesmo com o aprimoramento da legislação ocorrido nos últimos anos. A senadora citou levantamento recente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) segundo o qual apenas 9,2% dos municípios brasileiros são administrados por prefeitas, enquanto apenas 7,1% contam com delegacias especializadas no atendimento à mulher.

Cesarianas

Serys também defendeu a aprovação da Emenda 29, que destina mais recursos para a área de saúde. A proposta, já aprovada pelo Senado, está em discussão na Câmara dos Deputados.

A senadora chamou a atenção para os riscos embutidos na realização de cirurgias cesarianas, que já respondem por 30% dos partos na rede do Serviço Único de Saúde (SUS) e por 80% na rede hospitalar privada, conforme o Ministério da Saúde.

Serys explicou que a cesariana é uma cirurgia que envolve vários riscos para a vida da mulher e do bebê, sendo indicada apenas em situações muito específicas que ameaçam a vida da parturiente, como pressão alta e diabetes.

Comissão de Assuntos Econômicos avalia hoje o cumprimento, pelos municípios, das metas estabelecidas no marco regulatório do setor, previsto em lei sancionada em 2007



Mais de 50% dos brasileiros não são atendidos por serviço de esgotamento sanitário e 8 milhões não têm banheiro em casa

Audiência vai discutir acesso a saneamento básico no país

O BRASIL AINDA tem 8 milhões de pessoas sem um banheiro em casa. Essa realidade, que consta de estudo divulgado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), vai ser discutida hoje em audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A universalização do acesso aos serviços de saneamento básico, meta da Lei 11.445/07 (marco regulatório para o setor), deve ser um dos temas em debate na audiência pública solicitada pelo presidente da CAE, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

De acordo com o senador, a Lei Nacional de Saneamento Básico obriga os municípios a organizarem a regulação e a fiscalização de seus serviços. As diretrizes municipais, regionais e estaduais devem servir de base à reordenação do setor de água e esgoto no Brasil, dando-lhe um choque de gestão com o objetivo de promover a universalização no menor tempo possível.

Estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e do Instituto Trata Brasil mostrou em 2009 que, com uma taxa de crescimento



Garibaldi quer avaliar se os municípios estão reorganizando o setor no prazo

de 1,59% da rede de esgoto, seriam necessários 56,5 anos para diminuir pela metade o déficit de saneamento básico no Brasil. Algumas situações são críticas. O Pará, por exemplo, tinha apenas 4% de sua população atendida pela rede geral de esgoto. Em Macapá, Boa Vista e Teresina, as populações não atendidas por serviço de esgotamento sanitário chegavam, respectivamente, a 96,69%, 94,01% e 92,86%.

As consequências desse pro-

blema que atinge mais da metade da população brasileira – 51,5%, segundo o último Censo do IBGE – são graves. De acordo com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), sete crianças morrem todo dia por causa de diarreia.

O prazo de quatro anos previsto na Lei de Saneamento Básico para reorganização do setor vence no início de 2011. O presidente da CAE quer saber o que já foi realizado e se as metas estão sendo cumpridas.

Convidados

Foram convidados para a audiência o secretário de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, Leodegar Tiscoski; o superintendente de Saneamento e Infraestrutura da Caixa Econômica Federal, Rogério Tavares; o presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente Guillo; o conselheiro do Instituto Trata Brasil Raul Pinho; e o presidente da Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto, Yves Besse.

CRA debate zoneamento agroecológico da cana

O zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar é tema de debate hoje na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Lançado pelo governo em setembro, o Decreto 6.961/09 trata do assunto e tem validade a partir da safra 2009/2010, fixando regras para o plantio da cana e levando em consideração

aspectos como preservação ambiental e políticas de financiamento da produção. Projeto do Executivo (PL 6.077/09) regula a matéria e atualmente tramita na Câmara.

O debate sugerido pelos senadores Valter Pereira (PMDB-MS) e João Pedro (PT-AM) terá representantes da Embrapa, do

Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e do Sindicato das Indústrias de Álcool do Estado de Goiás.

O Brasil responde por um terço da produção mundial de cana, 20% da produção e 40% das exportações mundiais de açúcar, 30% da produção e 60% das exportações mundiais de etanol.

Projeto cria cadastro de obras inacabadas

Um cadastro geral poderá listar as obras públicas inacabadas para sanar possíveis irregularidades, fazer com que elas sejam retomadas e, assim, evitar o desperdício de dinheiro público. É o que propõe projeto na pauta de hoje da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA), às 9h30.

A proposta (PLS 58/08) é do senador Fernando Collor (PTB-AL), que sugere que o controle dessas obras se dê por meio do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea) e dos conselhos regionais (CREAs) de cada estado.

Caberia aos CREAs encaminhar até 31 de dezembro de cada ano relatório das obras públicas inacabadas e paralisadas há mais de 12 meses. Esses relatórios deverão ser encaminhados ao Confea, que promoverá a consolidação das informações.

A comissão analisa ainda o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 35/09 que determina a cinemas, teatros e outros fornecedores de produto cultural a venda de meia-entrada nos seus respectivos sites.

CCJ vota dedução de aluguel no IR de pessoa física

Milhões de brasileiros poderão ser beneficiados com proposta que prevê a dedução, no Imposto de Renda (IR), das despesas com aluguel. Dois projetos com esse intuito tramitam na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e podem ser votados amanhã.

Os dois projetos são relatados pelo senador César Borges (PR-BR), que apresentou emenda limitando o abatimento ao valor máximo de R\$ 15 mil por ano, referente às despesas com um único imóvel, ocupado pelo próprio contribuinte. Atualmente, despesas com aluguel não podem ser deduzidas nas declarações anuais obrigatórias.

Para chegar a esse valor de R\$ 15 mil, César Borges analisou dois projetos sobre o tema. O primeiro (PLS 316/07), de Lúcia Vânia (PSDB-GO), limita a dedução a R\$ 10 mil por ano. O segundo (PLS 317/08), do ex-senador Expedito Júnior, autoriza as deduções sem limite de valor.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Silhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Serys Silhessarenko • Mão Santa • Alvaro Dias • Paulo Paim • Inácio Arruda

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo S. Alves e Osmar de Jesus Miranda
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Alvaro: entidade critica atuação do advogado-geral

Alvaro Dias (PSDB-PR) informou ao Plenário que a União dos Advogados Públicos Federais do Brasil (Unafe) divulgou nota protestando contra manifestações em favor de interesses partidários do advogado-geral da União, Luís Inácio Lucena Adams. Conforme a Unafe, as suas manifestações são incompatíveis com as funções constitucionais destinadas ao advogado-geral.

– Os advogados federais estão dizendo que o advogado-geral está confundindo sua função constitucional com a de advogado do Partido dos Trabalhadores, da candidata Dilma Rousseff e do presidente da República, como militante do PT – afirmou o senador.

Para Alvaro, o advogado-geral perde isenção ao adotar posicionamento político-partidário eleitoral nesta véspera de campanha, o que ele considerou grave.

– A meu ver, o advogado-geral está comprometendo uma instituição que tem de ser preservada, respeitada e valorizada – acrescentou.

Na nota, segundo Alvaro, a Unafe pondera que nos estados as procuradorias-gerais não exercem a defesa pessoal de agentes públicos, sobretudo em assuntos eleitorais, cabendo essa defesa aos advogados particulares contratados pelos partidos políticos.

O senador também leu carta intitulada “Princípios da cidadania”, do professor e advogado René Dotti, e assinada por lideranças da sociedade paranaense, onde são listadas ideias fundamentais para um candidato do Paraná ao Senado.

O documento cita, entre outros pontos, a defesa da ética, da livre iniciativa, dos controles da dívida pública e do déficit da Previdência, das reformas política e tributária, e da transparência, além da defesa do “Estado provedor de educação, de saúde, de habitação, de segurança, de justiça e executor de infraestrutura e políticas sociais”. Conforme Alvaro Dias, a carta teve o objetivo de apoiar o deputado Gustavo Fruet, do PSDB, numa eventual candidatura ao Senado.



Para Alvaro, advogado-geral está comprometendo sua instituição

Senador afirma em discurso que sociedade está se mobilizando para pressionar o presidente Lula a sancionar o projeto, que também extinguiu o fator previdenciário

Paim volta a defender 7,72% de reajuste para aposentados

PAULO PAIM (PT-RS) voltou a defender ontem o aumento de 7,72% para os aposentados e o fim do fator previdenciário, aprovados pelo Senado e enviados à sanção presidencial. O senador disse que voltará a falar do assunto depois que o presidente Lula anunciar sua decisão sobre o projeto.

Paim relatou sua participação em ato na última sexta-feira, em Porto Alegre, a favor das duas proposições. Ele disse que centenas de trabalhadores participaram da manifestação, patrocinada pela Central Única dos Trabalhadores. O parlamentar disse que outros 40 mil estarão hoje em ato em São Paulo, na defesa dos mesmos pleitos.

Bom momento

O senador disse que o Brasil vive um bom momento eco-



Paim diz que aumento da arrecadação pode compensar gastos com o reajuste

nômico, com estimativa de crescimento do produto interno bruto (PIB) de 8% para este ano. Assim, acrescentou, a arrecadação está aumentando, compensando os gastos advindos do reajuste dos aposentados e do fim do fator previdenciário.

Paulo Paim também leu ontem carta que recebeu do economista Oswaldo Colombo Filho, defendendo as propostas, e agradeceu a receptividade na viagem que empreendeu no fim de semana a uma dezena de municípios gaúchos.

Mão Santa: governo falseia dados do INSS

Mão Santa (PSC-PI) afirmou ontem que o governo engana os senadores quando diz que o reajuste das aposentadorias aumentará “o rombo da Previdência”. Ele afirmou que o governo falseia os dados referentes aos recursos da Previdência.

O senador disse que o presidente Lula “é gente boa”, e culpou “os aloprados do governo” que, segundo afirmou, “tiram o dinheiro da Previdência e empregam no que querem ao seu bel-prazer”. Ele frisou que, se o dinheiro recolhido dos trabalhadores for bem aplicado, a Previdência não quebra.

– Dizer para nós, senadores, que a Previdência vai falir, que não dá certo, que o ministro não pode pagar? Não é ministro que vai pagar aposentadoria nem o presidente. Cada um de nós é que paga a sua própria aposentadoria – disse o senador.



Mão Santa: é o próprio trabalhador quem paga por sua aposentadoria

Segundo Mão Santa, um brasileiro que comece a trabalhar aos 16 anos e se aposente compulsoriamente aos 70 terá pagado à Previdência por sua aposentadoria por 54 anos. Ele ressaltou que a média de vida do brasileiro é de 72 anos.

CCJ deve votar aposentadoria integral para juízes

Volta amanhã à pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o substitutivo do senador Marconi Perillo (PSDB-GO) à proposta de emenda à Constituição que pretende restabelecer a aposentadoria com valor integral para juízes e integrantes do Ministério Público, entre outras carreiras públicas.

Pelo texto do substitutivo, as aposentadorias e as pensões que os juízes deixam a seus dependentes voltam a ser pagas pelo valor integral, como havia sido estabelecido pela Constituição de 1988. A regra caiu dez anos depois, com a aprovação da Emenda Constitucional 20, que reformulou o regime das aposentadorias de todos os servidores públicos.

Projeto que muda a Lei Pelé pode ser votado em comissões

Está prevista para amanhã, a partir das 9h30, uma reunião conjunta entre quatro comissões do Senado para analisar e votar o PLC 9/10, projeto de lei que altera a Lei Pelé (Lei 9.615/98) e revoga a lei que trata das relações de trabalho do atleta profissional de futebol (Lei 6.354/76). A autoria da proposta é do Poder Executivo. Já aprovado na Câmara dos Deputados, o texto tem como relator atual o senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

As comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Econômicos (CAE), de Assuntos Sociais (CAS) e de Educação, Esporte e Cultura (CE) apreciam a matéria em decisão terminativa. O projeto já foi discutido em três audiências públicas. Alvaro Dias, em seu

relatório favorável à matéria, apresentou três emendas de redação e votou pela rejeição das cinco emendas apresentadas pelo senador Marcelo Crivella (PRB-RJ).

Como o projeto teve seu regime de tramitação acelerado, por acordo entre os líderes e a Presidência do Senado, para ser aprovado antes da Copa do Mundo, Alvaro Dias afirma em seu relatório que optou pela apresentação de suas contribuições “sob a forma de recomendações”. Para ele, suas sugestões “poderão ser aproveitadas futuramente, quer sob a forma de novos projetos de lei ou, até mesmo, como emendas ao projeto de lei que propõe alterações ao Estatuto do Torcedor, igualmente em tramitação nesta Casa”.

Cristovam relata lições do Fórum de Civilizações

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) relatou ontem em Plenário sua participação no 3º Fórum Mundial da Aliança de Civilizações, promovido pela Unesco no Rio de Janeiro no fim de semana. Segundo o senador, uma das conclusões do encontro foi a de que a “ponte entre as culturas”, que pode propiciar o diálogo de civilizações, é a escola.

Cristovam lembrou que hoje já não é mais viável a divisão entre países de primeiro, segundo e terceiro mundos, uma vez que em todos os países pode-se encontrar abismos econômicos e culturais entre a população que resultam, na prática, em culturas diferentes dentro de uma mesma nação.

Na avaliação do senador, a única forma de fazer surgir o diálogo entre essas culturas é proporcionar a todos o acesso à escola, que ele considera “uma escada social por onde subir”, desde que haja talento, vocação e persistência e não apenas sorte, como ocorre hoje.

Revolução

Cristovam ressaltou que a escola propicia igualdade de oportunidades, e é o local onde pode ser feita uma revolução de conteúdo, priorizando as questões realmente relevantes para a sociedade, entre elas a paz a saúde e o desenvolvimento sustentável.

– É na escola que a gente pode construir a ponte entre as culturas, que a gente pode construir a esquina onde as culturas se encontram. Esse foi o resultado mais importante desse encontro – afirmou.

O senador citou a diretora-geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), Irina Bokova, que afirmou ser necessária uma maneira nova de ver o mundo, em que o produto interno bruto (PIB), indicador de produção de riqueza, seja substituído por um novo conceito que indique “bem-estar, civilização, felicidade até”, e no qual a maneira como se vê o processo de desenvolvimento inclua a garantia do equilíbrio ecológico para manter a sobrevivência de todas as espécies, inclusive a humana.



Para Cristovam, educação é a única ponte viável entre os povos

Divulgação de gastos públicos pela internet

Começou a vigorar para a União, estados e municípios maiores a lei que obriga publicação de tudo aquilo que o poder público arrecada e gasta

TERMINOU NA ÚLTIMA quinta-feira o prazo legal para que a União, o Distrito Federal, os estados e os municípios com mais de 100 mil habitantes publiquem na internet, em tempo real, todas as informações sobre quanto arrecadam e como gastam o dinheiro público. Quem descumprir a legislação poderá ser impedido de receber transferências voluntárias do governo federal (que no ano passado somaram R\$ 8,7 bilhões) e só contará com verbas previstas na Constituição.

Sancionada em 27 de maio de 2009, a Lei Complementar 131, proposta pelo ex-senador João Capiberibe, acrescentou dispositivos à Lei de Responsabilidade Fiscal e estabeleceu o período de um ano, a partir da publicação, como prazo para os três Poderes da União, dos estados e de 275 municípios (os que têm mais de 100 mil habitantes) divulgarem todas as suas contas – execução orçamentária, financeira e processos licitatórios – *on-line*.

Para municípios entre 50 mil e 100 mil habitantes, o prazo para o enquadramento é de dois anos a partir da publicação da lei (maio de 2011). Já os municípios com até 50 mil ha-



Lei prevê a divulgação *on-line*, em tempo real, do detalhamento da nota fiscal de cada gasto de órgão público e de toda a arrecadação das administrações, com as respectivas transferências.

Fonte: Prefeitura Municipal de Mossoró - Portal da Transparência

bitantes devem providenciar a publicação em até quatro anos. Ou seja, em maio de 2013 todas as 5.565 prefeituras devem estar cumprindo a norma.

De acordo com a lei, deverá ser publicado o detalhamento da nota fiscal de cada gasto de órgão público, o bem ou serviço adquirido, o número do proces-

so, quem recebeu e quanto foi o pagamento. Será publicada também toda a arrecadação das administrações, com as respectivas transferências.

Casagrande vê avanço do controle social

“A Lei Capiberibe representa um importante avanço no sistema social de fiscalização e controle. Afinal, os cidadãos comuns também são responsáveis por inspecionar o que fazem seus representantes e as instituições públicas. É o processo de prestação de contas”, opina o senador Renato Casagrande (PSB-ES).

Em discurso no Plenário, menos de um mês antes de a lei entrar em vigor, Casagrande fez um alerta aos estados e municípios, e também aos cidadãos, sobre a importância da divulgação das contas públicas. Segundo o senador, “a transparência representa uma evolução no combate à impunidade, e o combate à impunidade é o melhor instrumento para que possamos combater qualquer tipo de delito”.

– Passarão a constar nos respectivos sites dados como o número do processo de contratação de bens e serviços; o produto fornecido ou serviço prestado; a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento; o procedimento licitatório realizado; o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras; enfim, tudo deverá estar registrado na página virtual de cada órgão público – explicou.

Casagrande assinalou que, a partir desse novo sistema, é possível comparar preços de de um mesmo item comprado por secretarias e municípios diferentes. “O controle e a fiscalização passam para as mãos dos cidadãos, acabando com um sigilo que muitas vezes beneficia a corrupção”, disse.

– O lançamento dos dados será feito de maneira instantânea aos atos. Quando uma secretaria estadual de educação adquirir materiais para equipar uma escola, essa tramitação deverá constar automaticamente na internet no momento da emissão da nota fiscal dos itens comprados – destacou.

Mais de 80% das prefeituras conseguiram cumprir o prazo

Relatório divulgado pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM) no dia 28 de maio indicou que mais de 80% dos municípios com mais de 100 mil habitantes conseguiram divulgar suas execuções financeiras *on-line* no prazo.

De acordo com o levantamento (http://portal.cnm.org.br/sites/5700/5770/27052010_tabelas_municipios.pdf), em 200 municípios as contas estão no próprio site da prefeitura, em 13 se instituiu um portal específico e em sete a informação foi colocada em outros portais. Os demais não informaram ou não conseguiram cumprir o prazo.

O presidente da diretoria executiva da Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e prefeito de Vitória (ES), João Carlos Coser, diz que a Lei da Transparência

“incentiva a participação popular na elaboração e discussão das políticas públicas”, além de ampliar a possibilidade de controle social. No entanto, ele defende regras claras e alerta que o excesso de informações pode confundir o cidadão.

– A lei ainda carece de regulamentação e falta lançar luz sobre alguns artigos, como a definição de “tempo real” ou o que a legislação define por “informação detalhada”. Esperamos uma regulamentação que trate dessas questões e se restrinja à lei – disse.

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) providenciou uma minuta da regulamentação, que ainda não foi sancionada. Mesmo não regulamentada, a lei entrou em vigor por ser classificada como autoexecutável.

Portal federal receberá 200 mil novos documentos por dia

No dia 27 de maio, o governo federal – que já publicava contas públicas no Portal da Transparência desde 2004 com atualização mensal – passou a disponibilizar a consulta “Informações diárias”, por meio da qual o cidadão pode obter dados detalhados e diariamente atualizados sobre todos os atos das unidades gestoras do Poder Executivo federal na execução das suas receitas e despesas.

A nova ferramenta, desenvolvida pela Controladoria-Geral da União (CGU) em parceria com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), busca justamente adequar o portal à Lei Complementar 131. Segundo a CGU, o portal

será recarregado, em média, com 200 mil novos documentos a cada dia, referentes a empenho, liquidação e pagamento de despesas.

– Será a abertura completa dos dados do Siafi [Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal], em linguagem compreensível pelo cidadão – afirma o ministro-chefe da CGU, Jorge Hage, referindo-se ao sistema informatizado de acompanhamento de gastos federais, cujo acesso, até então, era feito somente mediante senha.

Na última quinta-feira, Hage afirmou que “cabe ao cidadão e à sociedade civil acompanhar e denunciar, porque a CGU está disposta a receber as denúncias e apurar”.

Como fiscalizar

Qualquer cidadão com acesso à internet já pode fiscalizar as contas do governo federal e do governo de seu estado. Os que vivem em municípios com mais de 100 mil habitantes também podem fiscalizar as contas da prefeitura. Caso verifique que a divulgação em tempo real não está ocorrendo ou encontre alguma irregularidade nas contas divulgadas, o cidadão pode denunciar aos tribunais de contas e ao Ministério Público.

Portal da Transparência do governo federal:
www.portaltransparencia.gov.br

Repasse do governo federal a estados e municípios:
<http://br.transparencia.gov.br>

Tribunal de Contas da União (TCU)
0800 644-1500 – www.contaspublicas.gov.br

Tribunais de contas dos estados e municípios (link pelo site do Interlegis):
www.interlegis.gov.br/fiscalizacao/20020109073355

Ministério Público da União
(61) 3105-5100 – www.mpu.gov.br

Confederação Nacional dos Municípios
(61) 2101-6000 – www.cnm.org.br

Frente Nacional de Prefeitos (FNP)
www.fnp.org.br

Portal da Transparência do Senado Federal
www.senado.gov.br/sf/portaltransparencia

